

INVASÃO DA AI WAIÃPI (AP) PELA MINERADORA ITAJARY - JULHO DE 1986

O presente informe registra a presença e o trânsito de funcionários da empresa de mineração "Itajary" na Área Indígena Waiãpi, com dados levantados pela antropóloga Dominique T. Gallois por ocasião de uma visita naquela Área, em julho de 1986.

Em anexo:

- (1) breve histórico da AI Waiãpi e (2) de sua delimitação
- (3) informações sobre a empresa "Itajary"
- (4) registro do movimento da "Itajary" na AI Waiãpi, a partir de notas de campo, em julho de 1986.

Em 1986, o processo de invasões na AI Waiãpi assumiu nova modalidade: não se limita mais à presença de garimpeiros que se infiltram pelos limites norte (alto Rio Inipuku) e sul (Ig. Aroã) da Área Indígena, mas passa pela presença de uma empresa de mineração que transita abertamente na Área Indígena, pela Rodovia Perimetral Norte, à vista do Posto da FUNAI e das aldeias instaladas ao longo da estrada.

A empresa utiliza a AI Waiãpi como acesso para sua área de pesquisa, seguindo um percurso sumariamente reproduzido no croqui em anexo: um trecho pela rodovia, outro pelo Rio Felício e outro a pé. A atual área de pesquisa mineral da "Itajary" situa-se exatamente no limite da Área Indígena delimitada, à margem do Ig. Agua Preta ou Kumakary.

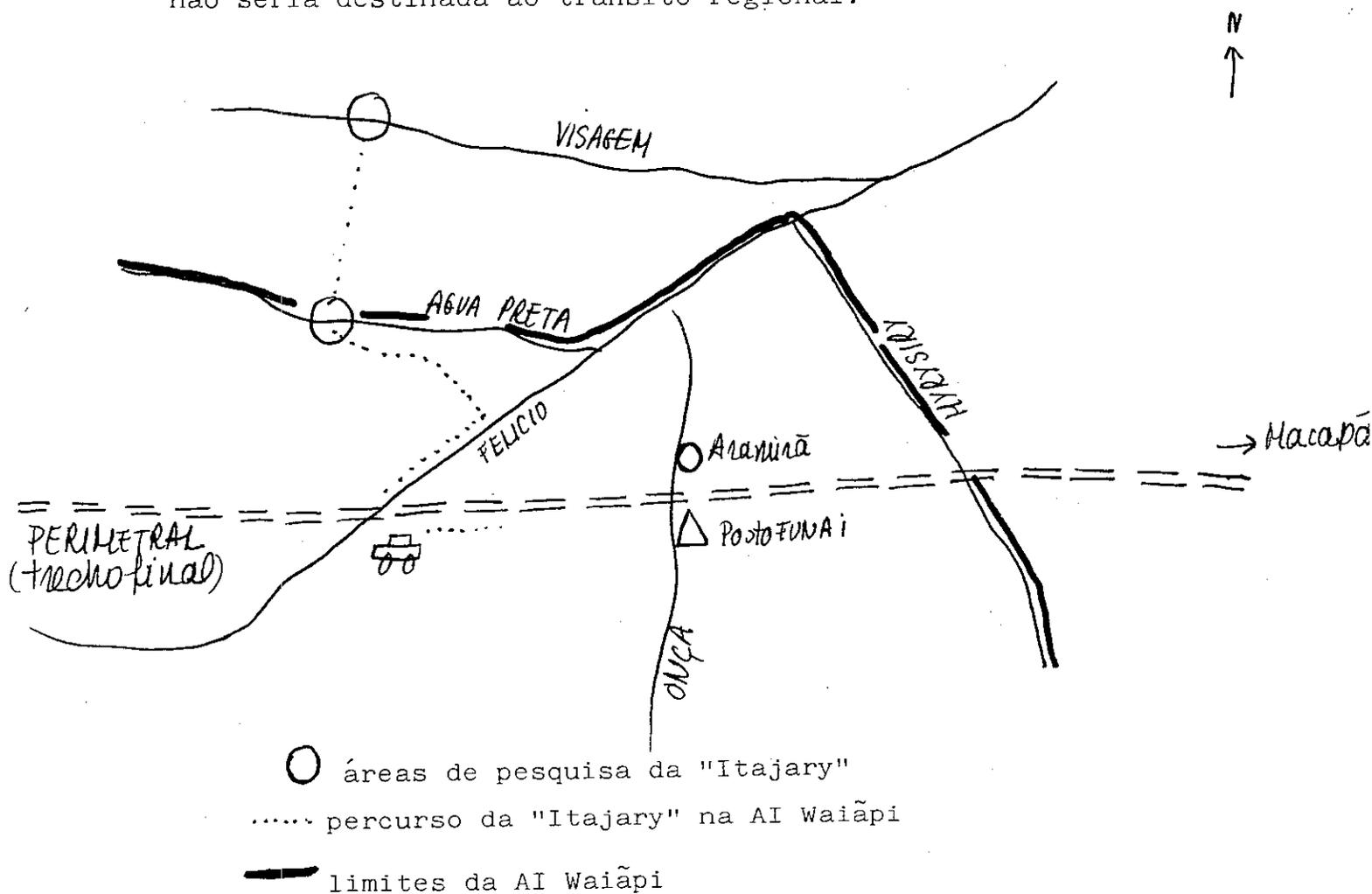
Nesse percurso, os funcionários da "Itajary" costumam estacionar o veículo na estrada, a poucos metros da aldeia Uruary, seguindo em voadeira (o motor foi empresatado pelo Posto FUNAI) até o último trecho navegável do Rio Felício. De lá prossegue-se a pé, até a área de pesquisa. Por ocasião de uma das primeiras entradas na Área, os funcionários da "Itajary" contaram ainda com a ajuda de "guias" Waiãpi, contratados à pedido da FUNAI.

Este movimento teria sido autorizado, verbalmente, pelo Delegado da 2ª DR/FUNAI, uma vez que traria vantagens para a "Itajary": evita-se um percurso muito mais longo pelo Rio Amapari (seriam três dias a mais) e conta-se com o apoio da FUNAI na Área. Por outro lado,

este acordo parece reverter em alguma vantagem para a FUNAI na Área, uma vez que o gerente da empresa ,Walter Pereira do Carmo, estaria apoiando, junto ao Governador do Território, pedidos de recursos apresentados pelo chefe do PIA Amapari.

O Delegado da FUNAI em Belém, Sr.Salomão Santos, informou que o acesso pela Perimetral - rodovia federal -seria "livre".Questiona-se porém se o trânsito pelo Rio Felício e pelos caminhos indígenas na região do Agua Preta seriam ,também,"livres".

Neste sentido, vale ainda notar que a Perimtral Norte,neste trecho,não seria exatamente uma rodovia "transitável": ela termina exatamente no centro da Área Indígena delimitada, sobre a última ponte do Rio Felício, no lugar conhecido como Jacaré. Seria possível argumentar, desta forma, que uma estrada que apenas entra na Área Indígena, sem sair, não seria destinada ao trânsito regional.



Questiona-se, finalmente, se é "lícito" o trânsito de uma empresa que possui, através de seus sócios, nove alvarás de pesquisa mineral incidentes na Area Indígena ( ver lista em anexo) e considerando, especialmente, que o gerente da "Itajary", Sr. Walter Pereira do Carmo possui em seu nome, o único alvará deste conjunto que incide totalmente na AI Waiãpi.

Pelos dados disponíveis até o momento - registrados em anexo - parece-nos estar caracterizada a invasão da AI Waiãpi pela Mineração "Itajary". Invasão que já resultou em perdas e danos para a comunidade, uma vez que o trânsito constante na região do Agua Preta destruiu os recursos faunísticos aproveitados sistematicamente pelos habitantes das aldeias Mariry, Uruary e Aramirã e, sobretudo, resultou na destruição quase total das pupunheiras do Agua Preta, que caracterizam a antiga ocupação daquela área pelo povo Waiãpi.

São Paulo, 3 de novembro de 1986

Dominique T. Gallois

Departamento de C. Sociais/USP

ANEXOS:

1. Breve histórico da AI Waiãpi

Tradicionalmente, o povo Waiãpi (Oyampi) ocupa uma vasta área delimitada pelos rios Jari, Oiapoque e Araguari, nos confins do Brasil e da Guiana Francesa. Ao norte, vivem 500 Waiãpi distribuídos entre 6 assentamentos à margem esquerda do rio Oiapoque, na Guiana.

O sub-grupo meridional ocupa a área conhecida como "região do Amapari" delimitada em 1984 (ver anexo 2), com uma população de 278 pessoas distribuídas entre 8 assentamentos.

Fora desta Área Indígena, dois sub-grupos ainda isolados ocupam respectivamente as cabeceiras dos rios Amapari (AP) e Ipitinga (PA).

O grupo Waiãpi do Amapari foi contactado em 1973 por uma equipe de atração da FUNAI que preparava, naquela região, os trabalhos de abertura da Rodovia Perimetral Norte (BR-210). A Rodovia cortou o território indígena e seu trecho final - uma vez que os trabalhos de construção foram interrompidos em 1976 - situa-se no coração da Área Indígena.

Na época do contato, os Waiãpi sofreriam drásticas baixas, em consequência do contato com garimpeiros instalados perto das aldeias do Ig. Aroã (Kapanaty). Desde então, e apesar da presença de um Posto de Atração da FUNAI (PIA Amapari/2º DR), as invasões aumentaram significativamente.

O histórico dessas invasões mostra que os garimpeiros tendem a ocupar zonas limitrofes e praticamente inacessíveis ao controle e fiscalização dos funcionários do Posto FUNAI (no Ig. Aroã, no alto Rio Inipuku) uma vez que a sede do Posto e sua área de influência se limita às margens da Rodovia; as empresas de mineração que pretendem invadir a Área Indígena, ao contrário, passam abertamente pela Rodovia, penetrando diretamente na área de maior ocupação indígena.

Para outras informações sobre o histórico das invasões na AI Waiãpi, consultar:

CEDI/Povos Indígenas no Brasil vol.3 Amapá/Norte do Pará, 1983 (132-136)

CEDI/Aconteceu Povos Indígenas -1983 (60-62)

CEDI/Aconteceu Povos Indígenas -1984 (106-108)

CEDI/CONAGE -Dossiê Empresas de Mineração e Terras Indígenas na Amazônia, 1986.

## 2. Delimitação da AI Waiãpi aprovada pelo GTI em 1985

A AI Waiãpi foi delimitada em 1984 com uma superfície de 543.000 ha (ver Planta de Delimitação /DPI-FUNAI, em anexo). Esta delimitação reformulava uma proposta anterior, elaborada pelo GT/FUNAI -Port.nº 677/E de 15.02.80 e que incluía numa delimitação contínua as áreas ocupadas pelos Waiãpi do Amapari e pelos Waiãpi do alto Rio Jari. (aldeia Moloko-pota). Após a transferência dos remanescentes de Moloko-pota em 1982, esta primeira proposta deveria ser reestudada, o que ocorreu em 1984.

Vale notar, ainda, que a primeira e única medida de proteção legal do território Waiãpi foi a interdição temporária - para fins de atração e de pacificação) de tres áreas descontínuas, pelo Dec.nº 74.172 de 10.06.74.

A delimitação elaborada em 1984, pelo GT/FUNAI- Port. nº 1.651/E de 14.06.84, foi encaminhada pela FUNAI ao GTI (Grupo de Trabalho Interministerial - Dec. nº 88.118/83) através do Memo nº 048 de 09.11.84. Foi então aprovada em reunião do GTI de 03.05.85, através do Parecer nº 049/85.

O processo foi então encaminhado pelo MINTER/MIRAD em 17.05.85 para aprovação do MIRAD, o que ocorreu em 21.05.85.

Seguiu para aprovação do MINTER em 21.06.86 e está aguardando, desde esta data, a publicação do decreto presidencial no Diário Oficial da União. Observa-se ainda que a delimitação da AI Waiãpi voltou à pauta do GTI no início de 1986, voltando a ser aprovada na reunião do GTI de 25.02.86.

Para maiores informações, consultar:

Informação técnica nº 065 da Coordenadoria de Terras Indígenas (CTI) SG/MIRAD, 30.04.86.

### 3. Informações sobre a Empresa de mineração "Itajary"

Indicamos em anexo (Pesquisa CEDI/CONAGE) a lista de alvarás de pesquisa mineral incidentes na AI Waiãpi, concedidos aos empresários Odilon Barcik, Walter Pereira do Carmo, Newton de Almeida Rodrigues e Reginaldo Sarcinelli.

Pelas informações obtidas diretamente dos dois primeiros empresários, estes alvarás foram concedidos individualmente a sócios de uma empresa denominada "Itajary", como é conhecida localmente.

Pelos documentos que foi possível consultar até o momento, esta empresa não existe a não ser como projeto de incorporação de vários empresários que tem, em seu nome, alvarás de pesquisa mineral na área.

A única notícia disponível sobre a empresa data de setembro de 1985, divulgada na Revista Veja (nº887/ 04.09.85), reproduzida abaixo:

#### MINÉRIOS

### O ouro do Amapá

*Primeira dama de Brasília desiste da mineração*

No último dia 7 de agosto, um despacho do secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, general Rubem Bayma Denys, também chefe do Gabinete Militar da Presidência, concedeu autorização prévia à empresa Mineração Itajary para a exploração de ouro e cassiterita em dez áreas do Amapá. Publicado no Diário Oficial, o despacho passou despercebido até a última terça-feira, quando o jornal *Última Hora*, de Brasília, baseou-se nele para publicar uma notícia de primeira página com o título "Esposa de Aparecido explora ouro no Amapá". O jornal referia-se a Maria Leonor Gonçalves de Oliveira, 48 anos, mulher de José Aparecido de Oliveira, governador do Distrito Federal.

Em fins do ano passado, Maria Leonor associou-se a Olair Zenir Leite, presidente do Banco Regional de Brasília, ao jornalista Newton Rodrigues e a outras quatro pessoas para constituir a Itajary. Em dezembro de 1984, atendendo a requerimento dos sócios da Itajary, o Departamento Nacional de Produção Mi-



Maria Leonor: "Construções maliciosas"

neral (DNPM) autorizou o funcionamento da empresa. Na última terça-feira, depois da publicação da notícia na *Última Hora*, Maria Leonor apresentou um protesto ao jornal, por discordar do título da matéria que a apresentava como exploradora de ouro no norte do Brasil. José Aparecido também não gostou do que leu. Antes das 7 da manhã, irritado, ele já ligara para seus assessores. Segundo Maria Leonor, o título da reportagem "oferece margem a equívoco e confusão". O título, porém, só é incorreto no tempo do verbo, na medida em que a primeira dama ainda não dera início ao

trabalho de exploração. Era essa, afinal, sua intenção desde o ano passado.

Nada há de ilegal no requerimento do grupo nem na concessão da lavra, já que qualquer brasileiro pode pleitear e ganhar uma vaga no ramo dos minérios sem cometer deslize algum. Maria Leonor, porém, mudou de idéia, prevendo que um negócio como o que pretendia explorar no Amapá pode ser mal interpretado quando por trás dele se encontra alguém ligado ao governo, como é o caso dela própria. Para não deixar a vida de seu marido

"exposta às construções maliciosas de interesses inconfessáveis", como justificou, ela encaminhará um pedido de desistência da concessão que recebeu. Maria Leonor diz ter entrado na sociedade contra a vontade do marido, que na época do requerimento ao DNPM era deputado federal. Há, segundo ela, outro motivo para a desistência. "Trabalho em tempo integral como presidente da Proteção e Ação Social", explicou. "Não tenho mais condição de me dedicar a outra atividade", com o que deixou a descoberto a assinatura do general Denys, que lhe concedera a lavra.

mesmo se a empresa não tem existência legal comprovada, ela é reconhecida localmente, e isto é significativo. É sob o nome "Itajary" que os funcionários dos empresários Odilon Barcik e Walter Pereira do Carmo se identificaram na Área Waiãpi. É também sob este nome que os empresários são conhecidos na região de Serra do Navio e Macapá.

Por outro lado, notícias locais informam que a "Itajary" estaria associada à outra empresa, a "CR Almeida" do Rio Grande do Sul.

Informações mais detalhadas sobre a empresa devem ainda ser levantadas.

PESQUISA CEDI/CONAGE

FONTE: PROSIG/DNPM 04.03.1986

Nome da Área Indígena	(Grupo Econômico) Nome da Empresa e número processo no DNPM	Nº do Alvará	Data de Publicação no Diário Of.	Extensão do Lote e Incidência na A.I. IP (Parcial)ha IT (Total) ha	Observações e localização no overlay	
WAIÃPI do AMAPARI	ODILON BARCIK 83 85 11 81 83 85 11 82	6.738 6.739	19.11.85 19.11.85	274 ha - parcial 600 ha - parcial	(4) (5)	
	WALTER PEREIRA DO CARMO 83 85 12 43	sem dados	sem dados	1.000 ha - total	(3) Início de pesquisa comunicado em 13.09.85	
	NEWTON DE ALMEIDA RODRIGUES 83 85 13 09 83 85 13 10	6.730 6.731	19.11.85 19.11.85	338 ha - parcial 843 ha - parcial	(1) (2)	
	REGINALDO SARCINELLI 83 85 14 74 83 85 14 75 83 85 14 76 83.85 14 78	6.022 6.023 6.024 6.025	01.10.85 01.10.85 01.10.85 01.10.85	1.000 ha -total 1.000 ha -parcial 1.000 ha -parcial 1.000 ha- parcial	(6) (7) (8) lote não consta no overlay	
	TOTAL : 9 alvarás de pesquisa mineral, com superfície total de 7.055 ha					
	FONTE: Listagem de dados essenciais PROSIG/DNPM 04.03.1986 Overlay 38 de 20.04.85 BN 0152 00 30 Planta de delimitação da AI Waiãpi, FUNAI/DPI 12.11.84					

4. Movimento da "Itajary" na AI Waiãpi em julho de 1986 ( registro a partir de notas de campo)

Aramirã, 17 de julho

De um lado a aldeia do Aramirã, com várias casas repletas de crianças e adolescentes que vieram de outras aldeias para "escrever" com a nova professora da FUNAI. Do outro lado da Rodovia, o Posto FUNAI com sua grande casa nova, a enfermaria, a oficina e o barracão. Estamos a 90 km de Serra do Navio. Adiante, a 23 km daqui, a Perimetral termina sobre a última ponte do Rio Felício, no lugar chamado Jacaré.

Por aqui passa, cada semana, cada tres dias ou cada tres semanas, sem avisar o carro da "Itajary". As vezes, passa direto mas na maioria das vezes parece que para na "Funai". Descem os "funcionários" ou - como são chamados pelos Waiãpi - os "ajudantes de tamo" e as vezes vem o próprio tamo: Walter Pereira do Carmo, o "velho", gerente da "Itajary". Descem, almoçam e muitas vezes pousam no local.

Me informaram que tamo "gosta de índio" e costuma passear na aldeia - quase sempre embriagado - para "brincar". Numa dessas ocasiões, ele "brincou de pajé" oferecendo aos Waiãpi o espetáculo de uma sessão de "cura", com maracá, com charuto e penas de arara que até hoje permanecem amarradas no poste de uma das casas... Todos "acharam graça". Ele provavelmente deve achar que impressionou. Riem porque, como disse Di Antonio/Kumai, "é preciso rir para não ficar muito bravo". Por enquanto riem....

Di Antonio/Kumai é praticamente o único a ter conhecimento da atividade desses carai-ko (brasileiros) que a maioria dos moradores da aldeia consideram como "funcionários do governo" ("governo reminwai) que entram e saem de suas terras mas que em breve virão ajudá-los: falam da demarcação que deveria iniciar este ano ainda, no verão; falam de muitos carai-ko que virão com rancho, motores, motoserras, etc... que o "governo" prometeu. Percebi que tamo está claramente associado a essa entidade "governo": por isso são indiferentes à suas entradas e saídas, à suas "brincadeiras". Aliás, disseram também que "Funai" e "Salamão" (Delegado em Belém) mandou"

Di Antonio, índio-funcionário e roviña (líder) do grupo do Aramirã acompanhou, no início do ano, tamo e seus "ajudantes" até o Ig. Agua Preta, no limite leste da Área Indígena. Ele foi convidado pela "Itajary" como guia. Observou o trabalho do "governo" e escutou conversas que me reportou. Constatou então que se tratava de caracori wanako ("gente do ouro", garimpeiros): pretendem manter uma base no local onde vem trabalhando há cerca de um ano, no Agua Preta, e depois abrir outro no Ig. Visagem. Contou também que os "ajudantes" de tamo enrolam o "velho" que passa o dia bebendo e não entende nada de garimpo. De fato, fui informada pelo chefe do Posto que a "Itajary" só teria retirado algumas gramas de ouro do Agua Preta.

No Posto da Funai, as informações sobre as pretensões da "Itajary" são outras: o gerente da mineradora teria informado que pretende abandonar o Agua Preta para abrir novo acampamento no Rio Iratapuru (afluente do Rio Jari, ao sul da AI Waiãpi). Mas Di Antonio/Kumai afirma que se trata, mais uma vez, de "conversa de carai-ko".

19 de julho

O carro passou, veio do Agua Preta, com o motor quebrado. São os empregados da "Itajary", vieram pedir apoio à FUNAI. Passaram o dia no Posto enquanto o pessoal da FUNAI procurava consertar o motor, que aliás é um motor da FUNAI, emprestado à mineradora.

Troca de serviços: a "Itajary" através de seu gerente, presta serviços à FUNAI e esta lhe presta apoio mecânico dentro da Área Indígena.

Pelo que fui informada no Posto, o apoio do gerente Walter do Carmo consiste em apoiar um pedido de verba junto ao Governo do Território destinado à construção de infraestrutura nas aldeias.

Pelo que conferi com os Waiãpi, estes mencionam apenas aquelas mesmas promessas: a manutenção e o prolongamento da estrada até a aldeia Mariry, a demarcação, as máquinas para garimpo que os índios esperam implantar nas suas terras. Falam também de dinheiro, mas não sabem qual foi a quantia nem qual foi o destino, a não ser o da construção da nova residência do Posto. Para os Waiãpi, o retorno concreto da presença da mineradora limitou-se, até agora, ao pagamento dos índios que acompanharam os empregados do tamo até o Agua Preta. Um bom pagamento e, pelo menos, a oportunidade de ver - in loco - o que esses carai-ko estavam fazendo nos limites de seu território.

Mas essa informação não circulou muito, como de resto é comum entre os Waiãpi: fora Di Antonio/Kumai e alguns homens adultos do Aramirã, os demais continuam considerando os empregados da mineradora como "funcionários do governo" (governo reminwai).

29 de julho

Essa noite, o carro voltou a passar. Na aldeia, acordamos; houve comentários: vai parar, aconteceu alguma coisa. Passou direto, a toda velocidade, rumo à Macapá. Comoção geral.... Senti que estávamos de volta aos anos 76-80, quando garimpeiros passavam de noite - e as vezes pousavam com aviões na Estrada - rumo aos garimpos do Aimã.

De manhã, calmamente, falaram com o chefe de Posto que, após três anos na área, sentiu que nessa conversa tranquila havia uma nova determinação dos tão calmos Waiãpi. Hoje, mudaram o qualificativo para os "ajudantes de tamo". Conversamos muito. Di Antonio/Kumai explicou e outros acrescentaram impressões que até então não haviam sido comentadas. Esses governo reminwai seriam então garimpeiros mesmo?

Acusaram então uma série de modificações que os índios, nas suas caçadas individuais no caminho do Agua Preta, vinham notando: a derrubada das pupunhas, parece que só ficou uma de uma enorme plantação. Falou-se do esgotamento da caça naquela área, da sujeira da água, etc...

Junto com o chefe de Posto, decidiram construir uma barreira logo na entrada da aldeia. A outra barreira, situada no limite da Área deli-

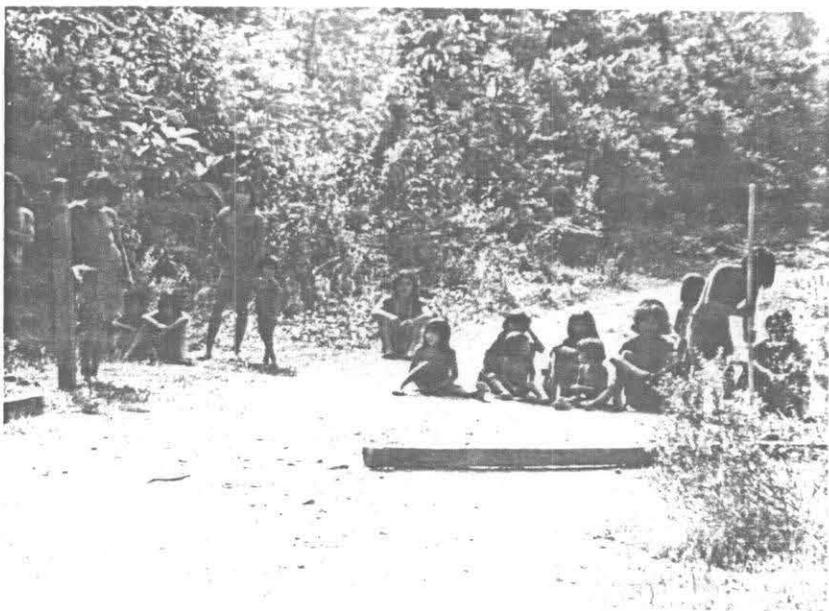
mitada ( a cerca de 13 km do Posto) permanece sempre aberta, devido a distância. A nova barreira obrigaria a todos os visitantes ,parar = tanto na entrada como na saída.

Animação geral na aldeia. Nenhuma barreira havia sido construída na estrada frente ao Posto, desde 1978. Em tres horas,tudo está pronto: uma corrente e um cadeado. Todos , funcionários da FUNAI e índios participaram, as mulheres vieram opinar. A chave do cadeado fica com os Waiãpi,que preferem guardá-la na aldeia e não no Posto.

31 de julho

O carro voltou. Pânico no Posto, ao escutar o barulho do carro: a "Itajary" não foi informada da barreira e como o motorista sempre corre muito , pode ocorrer um acidente. Mas não acontece. Os empregados da mineradora estranharam ,ficam irritados. Dizem que informarão seus superiores. Passam , desta vez ,rapidamente,no Posto e seguem, como sempre a toda velocidade, rumo ao Felício.

Deixarão mais uma vez o carro poucos metros antes da aldeia Uruary. Mais uma vez os moradores daquela aldeia vão pensar que é o carro da Funai que está chegando e vão subir,correndo,no barranco, esperar na estrada. Ainda não se acostumaram com o movimento da mineradora e já se queixaram muito. Nessa aldeia transitam todas as famílias das aldeias Araçá, Taitetua e Mariry que se dirigem ao Aramirã. Ficam esperando por melhores condições de assistência nessas aldeias, abandonadas, mas só escutam o carro, que não é da Funai e pára antes de chegar à aldeia, sem nada a oferecer.



A construção da barreira  
na Perimetral, à altura da  
aldeia Aramirã



O carro da mineradora "Itajary"  
saindo do Posto Amapari, rumo ao  
Ig. Agua Preta- julho 1986